

## LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO

**LR N° 009/2024/CLASSE I/SEMADS**

A SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 3º da Lei nº 3.412 de 23 de janeiro de 2017, expede a presente **LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO**, requerida através do Processo nº 1699/2024 que autoriza a:

**EMPRESA / NOME:** Prefeitura Municipal de Alegre

**CNPJ: 24.174.101/0001-35.**

**ENDEREÇO DA ATIVIDADE:** Av. Dr. Olívio Correa Pedrosa, Nº 518, Centro, Alegre (ES). CEP: 29500-000.

MUNICÍPIO: ALEGRE-ES

**COORDENADAS UTM:** Datum: WGS84, Zona 24K, 236.192,69 m E, 7.702.473,23 m S.

[illegible]

Esta **LR** é válida pelo período de **1095** dias, a contar da data do recebimento, observadas as **CONDICIONANTES** no verso discriminadas, bem como seus anexos, que embora não transcritos, são partes integrantes da mesma.

Alegre - ES, 22 de fevereiro de 2024.

**GRAZIELA FERREIRA DA SILVA**  
**SECRETÁRIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Integra a presente LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO, 01 (um) anexo contendo 29 (vinte e nove) condicionantes que deverão ser cumpridas nos prazos estabelecidos

Rua Dr. Chacon, 212 – Centro – CEP 29.500-000 – Alegre/ES  
meioambiente@alegre.es.gov.br

Visite o nosso site: [www.alegre.es.gov.br](http://www.alegre.es.gov.br)

Página 1 de 2

[illegible]



**ANEXO I**  
**CONDICIONANTES DA LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO**  
**Nº 009/2024/CLASSE I/SEMADS**

**Processo Nº:** 1699/2024.

**Requerente:** Prefeitura Municipal de Alegre, CNPJ: 24.174.101/0001-35.

**Assunto:** Licenciamento de Regularização nº 009/2024 para Atividade de Lavador de veículos.

**Localização:** Av. Dr. Olívio Correa Pedrosa, Nº 518, Centro, Alegre (ES). CEP: 29500-000.

**Coordenadas UTM:** Datum WGS84, Zona 24 k, Lat. 235318,99 m E, Long. 7701785,21 m S.

**ATIVIDADE:** Lavador de veículos com área 0,017 ha e capacidade máxima mensal de lavagem de 100 veículos/caminhões/equipamentos.

**CONDICIONANTES**

1. Esta Licença refere-se exclusivamente a atividade de lavador veículos com área de 0,017 ha e capacidade de lavagem de 100 veículos/caminhões/equipamentos por mês;
2. Esta licença foi emitida com base do Decreto Municipal 13.356/2024.
3. Apresentação obrigatória da licença expedida pelo órgão ambiental sempre que a atividade for vistoriada;
4. A contagem do prazo desta licença e das condicionantes se inicia a partir do recebimento da mesma;
5. Requerer renovação desta licença até 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento;
6. Instalar e apresentar relatório fotográfico que comprove a instalação na entrada do empreendimento (área interna da SEOSU e a frente da área do lavador) de placa informativa, de fácil visualização e leitura, com fundo branco, com as dimensões mínimas de 1,20 m x 0,80 m, com os dizeres:

Nome: Prefeitura Municipal de Alegre – CNPJ: 24.174.101/0001-35

Atividade: Lavador de veículos com área de 0,017 ha e capacidade de 100 veículos/mês.

Licença de Regularização nº 009/2024

Processo Nº 1699/2024

Validade: 1095 dias a partir do recebimento

Data de início da operação: 22/03/2024.

Secretaria Executiva de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS) - Prefeitura Municipal de Alegre

Fiscalização SEMADS: (28) 3300-0107

7. Apresentar cópia de publicação no Diário Oficial do Estado e em jornal de Grande circulação na região de abrangência do empreendimento, informando que obteve desta SEMADS, Licença de Regularização, para a atividade requerida, conforme Anexo III do Decreto nº 13.356/2024.  
**PRAZO: 20 (vinte) dias após a obtenção da licença.**

Rua Dr. Chacon, 212 – Centro – CEP 29.500-000 – Alegre/ES  
meioambiente@alegre.es.gov.br

Visite o nosso site: [www.alegre.es.gov.br](http://www.alegre.es.gov.br)





8. Fica **TERMINANTEMENTE PROIBIDA** a realização de qualquer tipo de manutenção na área do lavador ou realização de qualquer tipo de atividade não ligada a atividade licenciada por esta licença de regularização. **PRAZO: Vigente durante todo o prazo de validade desta licença.**
9. **DEVERÁ** ser fixada placa informativa de fácil visualização, COM 1,20 m X 0,80 m na área de acesso a rampa do lavador, com os seguintes dizeres: “PROIBIDO REALIZAR MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS / CAMINHÕES / EQUIPAMENTOS NA ÁREA DO LAVADOR”. Deverá ser apresentado relatório fotográfico para comprovação da instalação. **PRAZO: 30 dias após a obtenção da licença.**
10. Realizar semestralmente caracterização físico-química do efluente industrial de cada da caixa separadora de água e óleo existente, a fim de verificar sua eficiência conforme resolução CONAMA 430/2011 e instrução Normativa IEMA 15/2016 e encaminhar cópias dos resultados à SEMADS. Ver condicionante 20. **PRAZO: Semestral. Primeira 4 meses após a expedição desta licença ambiental.**
11. **Deverá** ser realizada a limpeza periódica das caixas SAO, sendo que os resíduos deverão ser acondicionados de forma adequada e destinados à empresa devidamente licenciada para o transporte e destinação deste resíduo.
12. Os resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis (papel, papelão, plástico, metal, alumínio, entre outros) deverão ser destinados pelo empreendimento, conforme Portaria (municipal) nº 4.543 de 27 de dezembro de 2022, preferencial, para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Alegre – ASCOMA, sendo de responsabilidade do gerador a entrega destes materiais.
13. **Manter** todo o resíduo oleoso (caso gerado durante a atividade licenciada) e resíduos contaminados armazenado em tambor fechado, em área impermeabilizada, dotada de bacia de contenção estanque. **PRAZO: Enviar relatório fotográfico-descritivo, 60 (sessenta) dias após a obtenção da licença;**
14. As baias de armazenamento temporário de resíduos perigosos e resíduos comuns **deverão** possuir placa de identificação do local, indicando os tipos de resíduos armazenados. **Deverá** ser apresentado relatório fotográfico-descritivo para comprovação do cumprimento desta condicionante. **PRAZO: 20 (vinte) dias após a obtenção da licença;**
15. **Manter** as áreas de armazenamento de resíduos com **sinalização permanente** e em bom estado de conservação informando do armazenamento de resíduos contaminados.
16. Apresentar cópia do contrato de prestação de serviços e cópia das licenças, demais autorizações para transporte e destinação final dos resíduos mencionados nas condicionantes nº 10, 11, 14 e 15 quando se tratar de resíduos provenientes das caixas SAO, de outros resíduos oleosos e/ou perigosos, ou quando couber licença ambiental para a atividade de destinação de resíduos requisitada, relativas à empresa contratada para esse fim. **Prazo: Após assinatura de contrato e no máximo 120 dias após a obtenção da licença;**
17. **Fica proibido** encaminhar à coleta pública municipal ou para reciclagem os resíduos classe I – perigosos (óleo sobrenadante do sistema separados de água e óleo, borra de sistema serrador de





água e óleo, vasilhames, trapo ou qualquer material contaminado por que seja considerado perigoso), devendo estes resíduos serem armazenados em local adequado (local coberto, com piso impermeabilizado e contenção contra vazamentos) e destinados e/ou comercializados com empresas licenciada pelo órgão ambiental competente (licença para transporte, licença da empresa que receberá;

18. Recomenda-se a instalação de Sistema de Aproveitamento de Água de Chuva para minimizar o uso de recursos hídricos e reduzir a demanda por água fornecida pela concessionária local para usos em que não se exige utilização de água potável.
19. Todos os laudos apresentados **deverão** conter análise crítica, com conclusão e recomendações acerca dos estudos apresentados, conforme IN (IEMA) 02/2009 e IN (IEMA) 015/2016.
20. **Comunicar** a SEMADS em caso de alterações cadastrais ou a mudança de titularidade do empreendimento no **PRAZO MÁXIMO de 15 (quinze) dias após a alteração ou a mudança;**
21. **Comunicar** a SEMADS a paralização da atividade da empresa, no **PRAZO MÁXIMO de 15 (quinze) dias** após a paralização, e ainda atender aos seguintes critérios, conforme sua aplicabilidade:
  - a. Em caso de paralização com encerramento das operações, a empresa deverá solicitar o arquivamento do processo e apresentar relatório de desmobilização e/ou de descaracterização da atividade, acompanhado de cronograma.
  - b. Em caso de paralização com encerramento das operações e impossibilidade de desmobilização e/ou descaracterização da atividade deverão ser apresentadas as justificativas técnicas para análise e provação da SEMADS.
  - c. Para demais casos relacionados à paralização deverão ser apresentadas as justificativas técnicas para análise e aprovação da SEMADS.
22. Em caso de mudança no layout e projetos apresentados, os quais possam ensejar aumento qualitativo ou quantitativo dos efluentes e/ou resíduos gerados, alterações nos controles ambientais estabelecidos, ou no aumento da produção e/ou área útil do empreendimento, o empreendedor **deverá providenciar consulta prévia** à SEMADS e obter autorização ou nova licença (se for o caso), antes de qualquer intervenção, sob pena de embargo das atividades e sem prejuízo das demais sanções.
23. Deverão ser respeitados os limites de emissão de ruídos e outras exigências previstas na Lei Municipal 2.682/2005 ou a que vier a substituí-la.
24. Todo relatório de cumprimento de condicionantes deverá ser protocolado no sistema utilizado pela SEMADS de forma individualizada, em protocolo específico, vinculado ao processo de análise desta Licença de Regularização e com identificação clara da condicionante a que se refere, citar numeração e texto, sob pena de não aceitação da documentação pela SEMADS.
25. O Funcionamento do estabelecimento **não poderá** causar incômodo ao bem estar da População. Caso seja verificada a necessidade, durante todo o período de vigência desta licença, a SEMADS poderá solicitar a realização de novas adequações e melhorias que não constam desta licença;



26. Outros níveis de controle poderão ser propostos futuramente pela SEMADS, caso seja identificada alguma necessidade de adequação ou não conformidades durante as fiscalizações, monitoramento e apresentação de outros estudos ambientais solicitados.
27. Esta Licença **se refere apenas aos aspectos ambientais da atividade em questão** e não exime o seu titular da apresentação, aos órgãos competentes, de outros documentos legalmente exigíveis; também não impede a ação dos demais órgãos e instituições fiscalizadoras e nem desobriga a empresa da obtenção de autorizações, anuências, laudos, certificados ou outros documentos previstos na legislação vigente, sendo de sua responsabilidade a adoção de qualquer providência nesse sentido;
28. A constatação da operação em desacordo com as informações prestadas quando do requerimento da licença ou com as condicionantes acima, sujeitarão o proprietário, seus representantes, seus responsáveis técnicos e contratados envolvidos, às penalidades administrativas previstas em lei, além de serem adotadas as providências para responsabilização civil e criminal.
29. A construção, reforma, ampliação, instalação ou funcionamento de estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, constitui crime contra o meio ambiente, sujeita as penalidades previstas na legislação vigente.

**Termo de ciência das 29 Condicionantes Ambientais**

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_